

Bom dia,

Senhores Ministros, Secretários de Estado

Senhoras e Senhores

Gostaria de começar por agradecer o amável convite que a Senhora Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território me dirigiu para participar neste debate e felicitar os organizadores desta iniciativa de reconhecida importância.

Como membro do Parlamento Europeu e das Comissões ITRE e dos Orçamentos tenho estado envolvida na preparação do Orçamento Europeu 2014-2020, tanto na capacidade de relatora do programa específico de execução Horizonte 2020, como na capacidade de deputada do PPE responsável pelas áreas da ciência, inovação, energia, ambiente, alterações climáticas e espaço.

O principal objetivo da minha intervenção de hoje é contribuir para o debate acerca da importância dos fundos europeus para o desenvolvimento sustentável. Dividi a minha apresentação em três partes.

Na primeira exponho as linhas gerais do próximo Quadro Estratégico Europeu e a sua aplicação a Portugal.

Na segunda parte detalho o que, na minha opinião, deveriam ser as prioridades a financiar no sector do desenvolvimento sustentável.

Finalmente, dedico a última parte a algumas considerações processuais baseadas na minha experiência passada como governante muito envolvida na renegociação do quadro comunitário 2000-2006.

## **A – LINHAS GERAIS DO PRÓXIMO QUADRO ESTRATÉGICO EUROPEU (QEE) E A SUA APLICAÇÃO A PORTUGAL**

### **Objetivo Europeu do QEE**

O Quadro Estratégico Comum está alinhado com os objetivos e metas de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que se encontram consagrados na Estratégia Europa 2020.

Os cinco fundos comunitários que integram o Quadro Estratégico Comum devem ser considerados em conjunto e deve ser assegurada a sua utilização coordenada a fim de concretizar objetivos comuns. Entre outras condições, os fundos deverão ser objeto de uma abordagem integrada do desenvolvimento territorial.

### **Critérios na Escolha das Prioridades do QEE**

A crise e as respetivas restrições orçamentais impõem a necessidade de canalizar os recursos das políticas europeias para soluções conducentes ao crescimento económico e ao emprego sem perder de vista os objetivos estratégicos de longo prazo de combate às principais fragilidades e desigualdades das regiões.

Face aos enormes desafios económicos e sociais deveremos concentrar a atuação em intervenções que realmente importam e estabelecer um número limitado de prioridades, garantindo o máximo de valor acrescentado, eficácia e maximizando o impacto na economia e na sociedade. Deveremos evitar a fragmentação dos investimentos, a existência de projetos desinseridos dos sistemas nacionais e sem valor acrescentado europeu.

Devem ser evitadas soluções de curto prazo e a utilização dos fundos para substituir Orçamento de Estado pois este exercício representa uma distorção da natureza estruturante e de objetivos de longo prazo dos fundos estruturais.

### **A Importância do QEE para Portugal**

A Política de coesão continuará a ser o principal instrumento de investimento público para Portugal no futuro próximo. É nossa responsabilidade garantir que este investimento produza os resultados esperados contribuindo com soluções para a saída da crise, o relançamento do crescimento económico, a criação de emprego, inclusão social e o aumento das exportações.

### **Fragilidades do País**

Vários estudos, nomeadamente da Comissão Europeia, têm identificado como principais fragilidades do País:

- 1- A baixa competitividade da economia
- 2- O desemprego elevado, em grande parte fruto de uma população ativa pouco qualificada e o elevado risco de pobreza daí resultante.

### 3- O uso ineficiente dos recursos naturais e da energia.

Portugal tem em algumas destas matérias comportamentos atípicos quando comparado com os seus parceiros europeus, nomeadamente no que respeita a relação entre o investimento em IDT e o PIB e a distribuição da qualificação pelos vários graus e sectores do Ensino. No entanto, todas estas análises necessitam de ser detalhadas e aprofundadas.

### **Objetivo Geral do QEE para Portugal**

O Quadro Estratégico Comum será um dos instrumentos mais importantes para enfrentar os principais desafios de desenvolvimento de Portugal e da implementação da Estratégia Europa 2020.

As restrições orçamentais também impõem um aumento da concentração de recursos nas prioridades selecionadas. Estas prioridades deverão ter como pano de fundo as fragilidades identificadas.

### **Objetivos Específicos do QEE para Portugal**

Os futuros programas devem ter como prioridade a competitividade. Portugal precisa de concentrar os seus esforços no desenvolvimento da produção de bens e serviços transacionáveis. Para melhorar a sua competitividade Portugal precisa de modernizar a sua base empresarial e industrial, em particular através da inovação.

O país precisa de investir em ciência, inovação, educação e formação, de modo a desenvolver as capacidades necessárias ao mercado de trabalho, de modo a criar o conhecimento que se traduzirá mais tarde em bens e serviços mais inovadores e em melhor qualidade de vida para os cidadãos.

Os fundos do Quadro Estratégico Comum devem igualmente contribuir para uma economia mais eficiente do ponto de vista dos recursos naturais e mais amiga do ambiente.

Ao definir as prioridades viradas para o crescimento económico com base na qualificação dos recursos humanos, na ciência e na inovação e na eficiência da utilização dos recursos naturais, Portugal potenciará a sua capacidade para sair da crise mais forte e melhor preparado para os desafios da globalização.

## **B – CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL: PARA UMA ECONOMIA MAIS EFICIENTE NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS, MAIS ECOLÓGICA E MAIS COMPETITIVA**

As intervenções nesta área do crescimento sustentável deverão ter como principais objetivos:

- Criar uma economia mais competitiva, de baixo teor em carbono e eficiente na utilização sustentável dos recursos, de modo a contribuir para o crescimento económico e criação de emprego;
- Proteger o ambiente, reduzir as emissões e impedir a perda da biodiversidade;
- Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável do território;
- Apoiar as medidas da Política Marítima Integrada
- Impulsionar a competitividade das empresas no sector do desenvolvimento sustentável;
- Manter e tirar partido da liderança da Europa no desenvolvimento de tecnologias limpas e de novos métodos de produção;

- Promover a inserção das empresas e centros de saber nacionais em redes à escala Europeia para aumentar a sua vantagem competitiva;
- Ajudar os consumidores no seu processo decisório.

Permitam-me referir os aspectos que considero prioritários para os sectores do Desenvolvimento Sustentável. Organizei as prioridades em cinco grandes grupos:

- 1- Promoção de uma economia de baixo carbono e eco eficiente com o objetivo de aumentar a competitividade e diminuir o impacto da nossa economia no ambiente;
- 2- Proteção do ambiente, dos recursos naturais e adaptação aos impactos das alterações climáticas;
- 3- Promoção da sustentabilidade do território;
- 4- Apoio à Política Marítima Integrada;
- 5- Assuntos transversais tais como a promoção da competitividade das empresas do sector; a promoção da ciência e inovação; a inserção em redes europeias e internacionais; políticas de apoio ao consumidor.

## **CONTEUDO PROGRAMATICO DOS CINCO GRUPOS IDENTIFICADOS**



## **1) Apoiar a mudança para uma economia de baixo carbono e eficiente na utilização sustentável dos recursos**

Para este objectivo temático as prioridades financeiras traduzem-se nas seguintes prioridades e objectivos específicos:

### *1.1. Promover a eficiência energética*

- Fomentar a eficiência energética nos edifícios, em particular projetos de demonstração de emissões-zero e edifícios de energia positiva (novos edifícios), bem como a renovação profunda de edifícios existentes;
- Promover a eficiência energética no sector industrial;
- Apoiar a eficiência energética e a energia renovável nas PMEs;
- Tomar as medidas necessárias para contrariar a tendência da necessidade crescente de energia no sector dos serviços, especialmente em actividades ligadas ao turismo e habitação;
- Apoiar a melhoria da eficiência energética na agricultura e o agronegócio.

### *1.2 Apoiar a Produção descentralizada de Energia*

- Promover a produção descentralizada de energia, para que ela possa desempenhar um papel importante na satisfação das necessidades dos cidadãos a preços acessíveis. Pequenas empresas, escolas, hospitais, habitações rurais podem gerar a sua própria electricidade e calor através da micro geração.

### *1.3 Promover a produção e distribuição de fontes de energia renováveis*

- Portugal deve reformar os regimes de apoio às fontes de energia renováveis, de uma forma transparente, planeada e dinâmica para reflectir a tendência de queda no custo de produção de energia renovável, criar incentivos para reduções de custos, e ter em conta o preço de mercado da energia eléctrica;
- Adotar uma abordagem integrada para a implementação da tecnologia RES / EE;
- Garantir uma melhor integração da rede de produtores de energia renovável;
- Desenvolver tecnologias e processos de armazenagem de energia.

### *1.4 Promover a ecoeficiência*

Uma política de desenvolvimento sustentável deve definir objetivos de médio e longo prazo e os meios para os atingir a fim de dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos e do seu impacto ambiental.

Uma economia eficiente em termos de recursos passa por progressos tecnológicos, alterações significativas nos sistemas energéticos, industriais, agrícolas e de transporte e por mudanças nos nossos comportamentos enquanto produtores e consumidores. Neste sentido, o programa deverá:

- Promover a melhoria da conceção dos produtos a fim de diminuir a procura de energia e de matérias-primas e tornar esses produtos mais duráveis e mais fáceis de reciclar. Esta ação pode também funcionar como um estímulo à inovação, criando oportunidades de negócio e novos postos de trabalho. Para que se possam fazer as escolhas certas, tanto agora como a longo prazo, é preciso ter em conta o ciclo de vida completo da utilização dos recursos, incluindo a cadeia de valor e a determinação de um justo equilíbrio entre as diferentes prioridades.

## **2) Proteger o ambiente, os recursos naturais e promover a adaptação aos impactos das alterações climáticas;**

Para este objectivo temático as prioridades financeiras traduzem-se nas seguintes prioridades e objectivos específicos:

### *2.1. Suprir as necessidades no sector dos resíduos*

- Promover a redução de aterros, a prevenção de resíduos, reciclagem e incineração, com ou sem recuperação de energia;
- A gestão de resíduos perigosos deve ser uma prioridade.

### *2.2 Suprir as necessidades no sector da água*

- Promoção de ações de luta contra a seca e a prevenção de riscos de inundação, contribuindo para a regularização do ciclo hidrológico;
- Garantir o uso de tratamento biológico e terciário das águas residuais;
- Utilizar processos inovadores para a gestão de água;
- Reduzir as fugas nas redes de distribuição de água;

- Implementar acções (infraestruturas básicas e processos) a fim de cumprir os valores dos indicadores de qualidade da água potável.

### *2.3 Proteger a biodiversidade, protecção do solo e dos ecossistemas, incluindo Natura 2000 e infraestruturas verdes*

- Apoiar a elaboração de planos de gestão da *Rede Natura 2000* e medidas de apoio para o cumprimento das metas da Estratégia Europa 2020 para a Biodiversidade.

### *2.4 Implementar a Estratégia Nacional de Adaptação*

- Desenvolver uma avaliação das necessidades, com vários cenários, com base numa monitorização adequada (incluindo sistemas de observação marinha e costeira) e abrangendo os principais sectores identificados pela Estratégia Nacional de Adaptação. Isto incluiria, por exemplo, medidas de protecção costeira prioritárias, a expansão das reservas de água existentes, monitorização de cheias e prevenção.

## *2.5 Enfrentar os riscos específicos e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes*

- Desenvolver / atualizar a prevenção de riscos e planos de gestão, protecção civil e infra-estruturas de emergência, competências, formação, capacidades institucionais e sistemas de observação marinhos e costeiros melhorados;
- Combater os riscos de erosão do solo, incêndios florestais, bem como os efeitos das alterações climáticas.

### **3) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentável do território**

Este programa deverá ter como objetivo apoiar as políticas integradas para promover a coesão territorial através de um desenvolvimento social e económico mais equilibrado das regiões e de uma maior competitividade.

O enfoque nas abordagens integradas de desenvolvimento territorial para o período 2014-2020 constitui uma novidade e uma oportunidade em relação aos ciclos comunitários anteriores.

Portugal precisa uma visão clara de todas as suas regiões para oferecer a todos os seus cidadãos melhores padrões de vida e maiores oportunidades de emprego visando esbater as atuais assimetrias regionais e ganhar coesão económica, social e territorial.

### *3.1 Promover estratégias de baixo carbono em áreas urbanas e melhorar o ambiente urbano*

- Apoiar estratégias de baixo carbono integradas e planos de ação sustentáveis nas áreas urbanas. Apoiar as Comunidades inseridas no Pacto dos Autarcas na persecução dos seus objetivos;
- Implementar medidas para combater a poluição atmosférica (especialmente partículas) e sonora e desenvolver infraestruturas verdes. Requalificar a mão-de-obra nas seguintes áreas: transporte, edifícios, indústria, produção de energia;
- Periferias: ações estratégicas destinadas a valorizar e a dignificar as periferias, as áreas degradadas. Colocar as periferias no centro da gestão urbana é um dos pilares para o desenvolvimento com inclusão social e integração urbana.

### *3.2 Melhorar a relação e promover a transição entre urbano e rural*

- Ultrapassar a clivagem cidade-campo e reforçar a parceria entre os espaços urbanos e rurais;
- Ordenar, gerir e valorizar redes ecológicas com vista à articulação entre coesão urbana-rural e desenvolvimento sustentável.

### *3.3 Promover estratégias de baixo carbono em áreas rurais*

- Continuar a desenvolver esforços para a redução da emissão de gases de efeito estufa provenientes da agricultura.

### *3.4 Proteger e Valorizar a Floresta*

- Incremento e melhoria da gestão dos recursos florestais;
- Valorização económica da floresta numa óptica de fileira a par da valorização da sua função ecológica e ambiental.

### *3.5 Regenerar zonas industriais abandonadas*



- Continuar a reabilitação de minas desativadas e de locais contaminados.

### *3.6 Proteger e Valorizar o património natural e o património cultural como fator de desenvolvimento*

- Desenvolver e preservar o património natural e cultural contribuindo para a identidade regional e para a diversidade natural e cultural das cidades e regiões.

### *3.7 Defender e Valorizar o Litoral*

- Combater a erosão costeira visando contrariar o agravamento dos fenómenos de desertificação e do recuo da linha de costa;
- Valorizar o litoral e promover a qualificação ambiental.

## **4) Política Marítima Integrada;**

O objetivo desta parte do programa é apoiar a política marítima integrada para o crescimento sustentável e a competitividade.

Este objetivo será alcançado através das seguintes ações:

- Maximizar o uso sustentável do mar (transporte, energia proteção dos recursos);
- Apoiar a exploração sustentável e exploração dos recursos do fundo do mar, em especial o mapeamento de habitats do fundo do mar;
- Constituir de uma base de conhecimento e inovação para a política marítima;
- Apoiar a transição para a pesca ambientalmente sustentável, bem como a aquicultura, com elevado nível de proteção ambiental.

### **5) Reforçar a competitividade das PMEs nos sectores do ambiente, pescas e aquicultura;**

Os Fundos do Quadro Estratégico Comum devem concentrar as suas intervenções na promoção de I&D empresarial e investir na inovação, desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, redes, “*clusters*” e inovação aberta através da especialização inteligente. Assim, as seguintes ações serão importantes:

- Promover uma maior ligação das PMEs às Universidades e centros de saber. Manter e tirar partido da liderança da

Europa no desenvolvimento de tecnologias limpas e de novos métodos de produção. Utilização de novos métodos e tecnologias em prol do ambiente e desenvolvimento sustentável, como por exemplo as tecnologias espaciais, tirando partido da presença de Portugal na ESA e no GMES. Portugal tem instituições científicas de excelência nas áreas do ambiente, energia, e mar a par de ótimas infraestruturas, mas ainda não conseguiu fazer destes setores motores da criação de emprego e de exportação nacional. Especial atenção deve ser dada à inovação organizacional e transferência de tecnologia no sector agroindustrial, florestal e sector marítimo;

- Apoiar o desenvolvimento de PMEs em áreas emergentes de serviços inovadores tais como eco inovação, novas formas de turismo e indústrias no sector marítimo;
- Promover a inserção de empresas e centros de saber em redes à escala Europeia e internacional para aumentar a sua vantagem competitiva;
- Promoção do papel ativo dos consumidores no processo decisório em prol do desenvolvimento sustentável;
- Quanto à pesca, aquicultura e explorações florestais, é necessário elevar o nível de educação e as competências dos

gestores, através da formação e aprendizagem ao longo da vida.

## **C – QUESTÕES PROCESSUAIS**

### **Organização dos Programas**

- Evitar uma multiplicidade de Programas Operacionais, mas manter um balanço entre a necessidade de coordenação horizontal e a eficiência de gestão vertical;
- Não partir do zero. Melhorar e corrigir as estruturas e procedimentos existentes. Aproveitar as valências existentes e potenciar as sinergias (abordagem multi serviços e balcão único);
- Necessidade de desenvolver processos de informação, mobilização e participação no âmbito da preparação da proposta do Contrato de Parceria;
- As instituições de saber, Universidades, Institutos Politécnicos, Centros de Investigação, PMEs inovadoras deverão estar no centro da elaboração e persecução dos programas;

### **Organização Territorial**

- O desenvolvimento territorial integrado exige uma articulação entre os atores institucionais de nível central e local, atingindo um balanço entre “*top down e bottom up approach*” e envolvendo parcerias fortes e ativas com as comunidades locais;
- Deverá ser assegurada a governação multi níveis sem pôr em causa o princípio da simplificação e o poder de decisão das políticas sectoriais;
- Manter os programas regionais geridos por entidades próximas do território num processo competitivo com instrumentos territoriais integrados, nomeadamente em regiões urbanas e zonas rurais mais remotas;
- Encarar desde já a situação de Lisboa e Vale do Tejo, Madeira e Algarve e negociar com a Comissão Europeia formas sólidas e transparentes de pôr o potencial científico e técnico existente nestas regiões ao serviço das regiões menos favorecidas do País, sem fazer uso abusivo do efeito de “difusão” como aconteceu no passado;

## **Regras de Funcionamento**

- Simplificação da estrutura dos programas, processos administrativos e processos financeiros tendo em conta

nomeadamente o princípio da proporcionalidade. Utilização de sistemas simplificados tipo “voucher”. Fui autora do relatório de simplificação das regras dos futuros programas europeus de Ciência e Inovação onde estão contidas inúmeras sugestões de simplificação dos programas de financiamento;

- Aumentar a flexibilidade dos programas e das regras;
- É essencial garantir a manutenção de níveis elevados de cofinanciamento comunitário.

### **Sinergias entre as Fontes de Financiamento**

- É também fundamental desenvolver as potenciais sinergias e complementaridades entre os fundos do QCA e outras fontes de financiamento da UE numa abordagem estratégica e integrada. A complexidade dos desafios que temos pela frente exige soluções holísticas e por vezes projetos de dimensão considerável que possam fazer a diferença. Projetos que cubram toda a cadeia de valor. Solução: combinar diferentes fundos, por exemplo Horizonte 2020, Programa LIFE, Desenvolvimento Rural, FEDER e FSE. Sou autora de um relatório sobre recomendações concretas de como utilizar os

fundos regionais em complementaridade dos restantes programas europeus;

### **Cooperação Transfronteiriça**

- Dever-se-á tirar o máximo partido das intervenções transfronteiriças com uma atitude estratégica e focadas em prioridades com o máximo impacto na economia e sociedade;
- Portugal deve participar ativamente nas estratégias territoriais europeias, como é o caso da Estratégia para o Atlântico.

### **D – CONCLUSÃO**

Os próximos 7 anos serão cruciais para Portugal: a saída da crise e a definição do modelo pós crise. Este quadro Comunitário será essencial para criar as bases de uma economia competitiva e eficiente que proteja e valorize os recursos naturais, proporcione qualidade de vida aos cidadãos, contribuindo para o crescimento económico e a criação de emprego.

A capacidade de Portugal para enfrentar os desafios da globalização, competitividade, crescimento económico e criação de emprego, da preservação e valorização dos recursos naturais,

da segurança do abastecimento de energia depende da boa execução do programa de ajustamento em curso, mas também da forma como Portugal conseguir tirar partido das suas potencialidades naturais em termos de recursos endógenos, das excelentes infraestruturas de que dispõe e da excelência do potencial científico, potenciados pela aplicação apropriada do próximo quadro comunitário.